



INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM		
CURSO: DIREITO		
PROFESSOR: Especialista Rafael da Silva Menezes		
NÍVEL DE ENSINO: SUPERIOR	PERÍODO: 5º	TURNOS: NOTURNO
DATA: agosto/2013	DURAÇÃO DA AULA: 240 min	
TEMA DA AULA: Defesas do Réu no Procedimento Comum Ordinário (parte 1)		



- 1- Devido Processo Legal;
- 2- Dialética;
- 3- Panorama Geral das Defesas do Réu no Modulo de Conhecimento;
- 4- Classificação das defesas processuais e materiais e consequencias;
- 5- Contestação;
- 6- Exceções;
- 7- Reconvenção;
- 8- Ação Declaratória Incidental;
- 9- Reconhecimento Jurídico do Pedido;
- 10-Impugnação ao Valor da Causa;
- 11-Intervenção de Terceiros;
- 12-Limitação ao Litisconsórcio Multitudinário;
- 13-Impugnação do Benefício da Justiça Gratuita;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Defesas do Réu no Módulo **Processual Cognitivo (parte 1)** (Procedimento Ordinário)

Professor Rafael Menezes
Julho/2013

Tese e Anttese

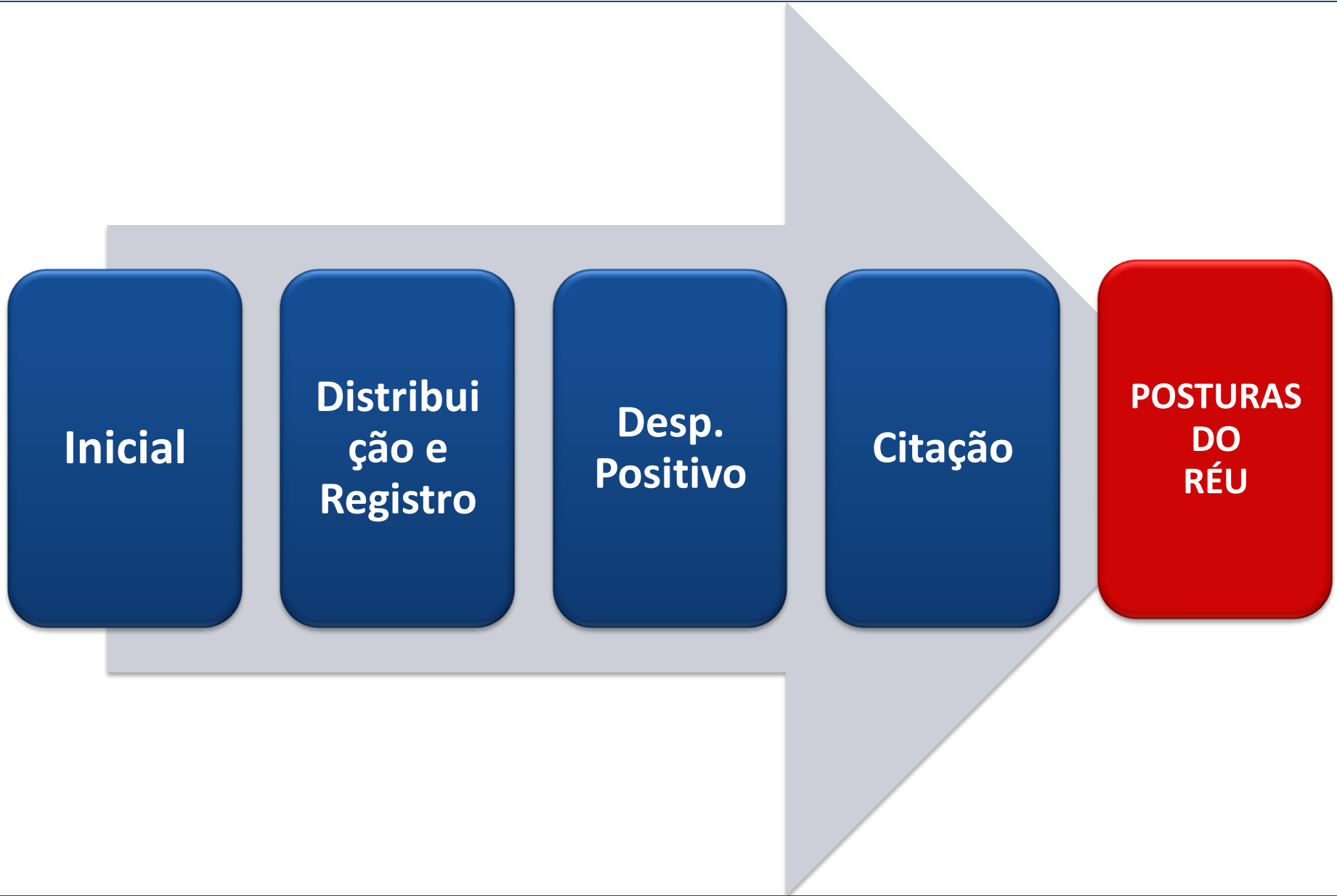
Dialética

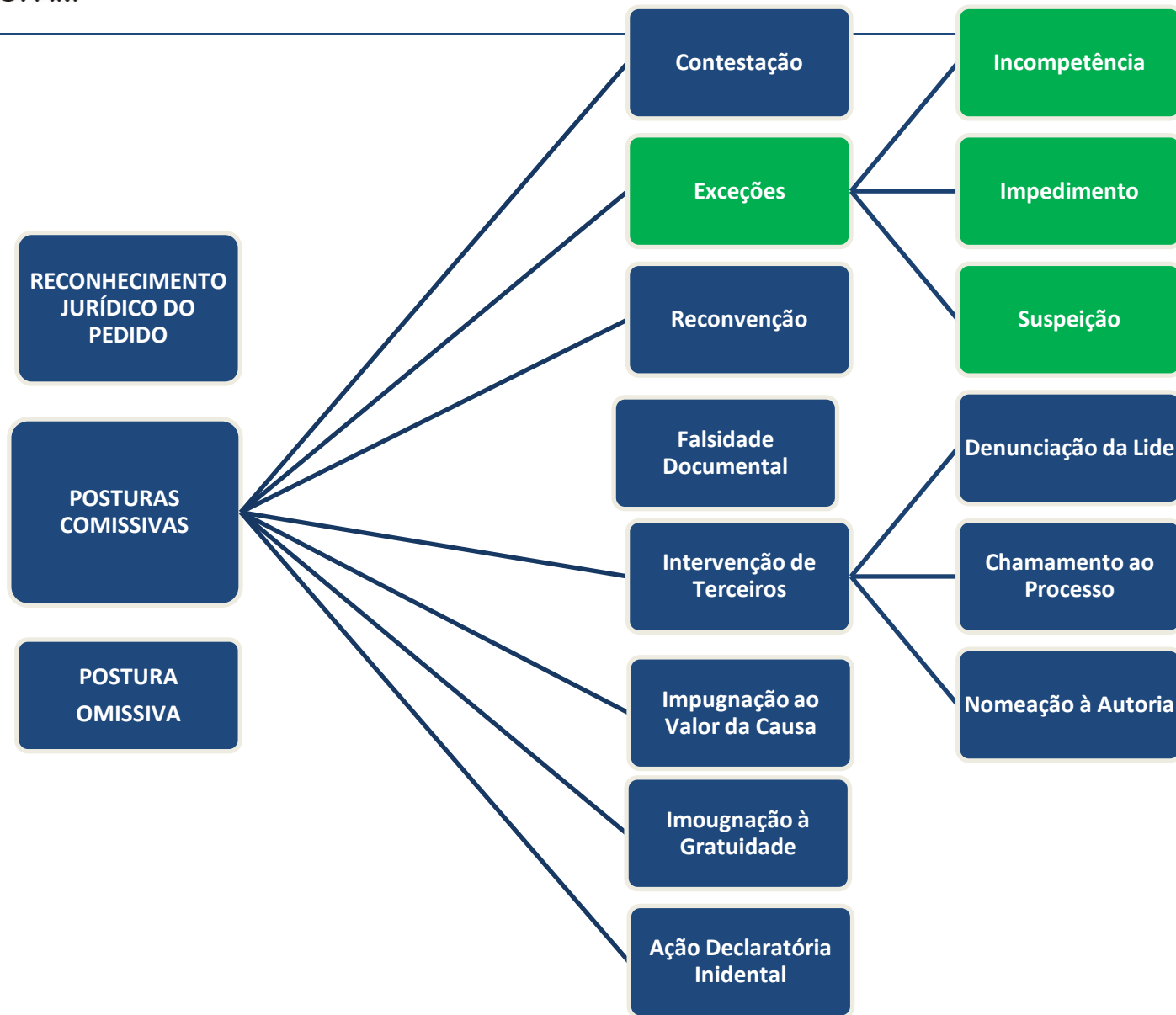
Devido Processo Legal

- LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Devido Processo Legal

- LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados, em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes







Fatos Extintivos

- Prescrição
- Pagamento e Remissão

Fatos Modificativos

- Compensação (art. 368 CC)
- Novação, Parcelamento

Fatos Impeditivos

- Transação com novo prazo
- *Exceptio non adimpleti contractus*

**Consequencias na Distribuição do Ônus da Prova
(art. 333 e 326 do CPC)**

CONTESTAÇÃO

Contraponto à Petição Inicial

Direito subjetivo de ação exercido pelo demandado

Não existe o processo civil do autor

Contestação

Com a contestação, objetiva-se a improcedência dos pedidos formulados pelo sujeito processual ativo.

Visa a negativa do direito alegado pelo autor

Contestação

d) Prazo

- 15 dias (art. 297 c/c 241, CPC)

➤ *AR ou Oficial de Justiça = juntada*

➤ *Citação Eletrônica* = efetivo acesso
dia útil seguinte
10 dd após o envio

➤ *Citação por Edital* = após a dilação

Contestação

d) Prazo

Vários Réus: prazo comum
inicia após todas citações

Se houver desistência em relação a algum dos réus não citados, o prazo para os demais começa a fluir da intimação da decisão que homologar a desistência (art. 298, CPC)

Defensor Público ou Vários réus com diferentes procuradores = **prazo em dobro**

Fazenda Pública ou Ministério Público = **4x**

Citação realizada nas férias

“HAVENDO DESISTÊNCIA, SIMULTANEA OU SUCESSIVAMENTE, QUANTO A MAIS DE UM RÉU AINDA NÃO CITADO, E TENDO DATAS DIVERSAS AS INTIMAÇÕES AOS CITADOS, CORRERÁ O PRAZO DA ÚLTIMA INTIMAÇÃO (AINDA QUE NÃO SE REFIRA AO ÚLTIMO DESPACHO DE DEFERIMENTO!)”

José Carlos Barbosa Moreira

Contestação

e) Forma da Contestação

Deve ser escrita

No procedimento sumário (art. 278, CPC) e nos Juizados Especiais, a contestação pode ser apresentada de forma verbalizada

Não pode ser aditada

Preclusão consumativa

Efeitos da Contestação

Processuais

Materiais

Preclusão (*)

Presunção de
Veracidade
dos fatos não
controvertidos
(*)

Custas do
retardamento
(art. 113, CPC)

Contestação
omissa em
relação à
defesa indireta
(art. 22, CPC)

Benefício de
Ordem
(art. 827 CC)

Contestação

b) Princípio da Concentração (Eventualidade)

- Art. 300, CPC
- Ainda que incompatíveis
- Defesas de Mérito (*efeito preclusivo*)
- Defesas Processuais (*preliminares*)

b1) Exceções (arts. 301, 303, CPC):

- Direito Superveniente (*art. 462, CPC*)
- Matéria Processual cognoscível *ex officio*
- Matérias que podem ser formuladas em qualquer tempo e juízo (ex.: pagamento posterior)

Contestação

b) Princípio da Concentração (Eventualidade)

“Não devo, porque não há contrato, se há, é nulo; se existir ou não estiver nulo, já está paga a dívida; se não está paga, já ocorreu a prescrição e, de qualquer forma, a conclusão que se tira dos fatos não permite deduzir a pretensão do autor”
(Ernane Fidélis dos Santos)

Contestação

c) Princípio da Impugnação Específica

- Art. 302, 319, CPC
- Não observância gera a presunção de veracidade dos fatos não contestados
- Sobre os fatos incontroversos não há necessidade de produção de prova
(*art. 334, III, CPC*)

Contestação

c1) Exceções: *inverossímeis*

- Fatos que não podem ser confessados
Direitos Indisponíveis
(art. 351 CPC c/c 253, CC/02)
- Necessidade de documento público que
a lei considere indispensável
**Escritura pública para ações
reivindicatórias**
(art. 366, CPC c/c art. 109 CC/02)

Contestação

c1) Exceções: *inverossímeis*

Fatos não impugnados em contradição com a defesa

“Autor alega a prática de um ato ilícito e o réu, sem impugnar especificamente esse fato, deixa claro na contestação que estava for a do país naquele momento” (Sérgio Amendoeira Jr)

Litisconsórcio passivo em que um dos réus seja revel e os fatos sejam contestados por um dos réus, estes fatos comuns tornar-se-ão controvertidos (art. 320, CPC)

Contestação

c) Princípio da Impugnação Específica

Em regra, não é possível haver contestação por negativa geral (“os fatos narrados na inicial são todos inverídicos”), salvo quando realizada pelo Ministério Público, advogado dativo, curador especial e Defensoria Pública.

Art. 474. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

Contestação

c) Conteúdo

- Defesa Processual (*preliminares*)

Matérias previstas no art. 301 do CPC(#)

➤ **Inexistência ou Nulidade da Citação**

➤ **Incompetência Absoluta**

**Custas integrais pelo retardamento
(art. 113, CPC)**

➤ **Inépcia da Petição Inicial
(art. 295, CPC)**

➤ **Perempção, Litispendência e Coisa
Julgada (art. 301, CPC)**

Contestação

c) Conteúdo

➤ Conexão e Continência

O STJ tem admitido a alegação de conexão em sede de exceção de incompetência

➤ Incapacidade, defeito de representação ou ausência de autorização
(Art. 13, CPC)

➤ Convenção de Arbitragem

➤ Carência da Ação

Contestação

c) Conteúdo

➤ **Falta de Caução ou outra Prestação
Depósito obrigatório para a propositura
da Ação Rescisória (art. 488, II, CPC)**

**Pagamentos de honorários e custas em
processo extinto sem resolução do
mérito (art. 268, CPC)**

**Autor nacional ou estrangeiro que
residir no exterior ou se ausentar do
Brasil no curso de uma demanda (art.
835, CPC)**

Contestação

d) Requerimento de Provas

e) Endereço do Advogado e Procuração

f) Juntada de documentos

f) Preliminar e Réplica (art. 327, CPC)

“O art. 303, I, autoriza que o réu alegue não só fatos ou situações jurídicas supervenientes, como também fatos já acontecidos à época da contestação, mas até então desconhecidos pelo réu”

(Cândido Rangel Dinamarco)

Exceção como defesa

**Qualquer
resposta do
réu; ou**

**Defesa que
não pode ser
conhecida *ex
officio* (em
oposição à
objeção); ou**

**Incidente
relativo à
incompetência
relativa,
impedimento
ou suspeição**

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

**Exceção de
Incompetência**

- a) **Competência Relativa
(Súmula 33/STJ)**
- a) **Cláusula Abusiva de Eleição de Foro nos
Contratos de Adesão**
**Nesta hipótese, o vício de competência
relativa pode ser conhecida *ex officio*,
desde que o faça na primeira oportunidade**
- a) **No mesmo prazo para contestar**
Art. 297, CPC
Não pode ser interposta após a contestação

Exceção de Incompetência

- a) Surgem as figuras do excipiente e excepto
- b) Excipiente deve informar o juízo que entende ser correto
- c) Legitimidade
A exceção de incompetência não é oponível pelo autor;
Se o réu não opuser a exceção, prorroga-se a competência.

ART. 305. Parágrafo Único. Na exceção de incompetência (art. 112 desta Lei), a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

Exceção de
Incompetência

f) Autuada em Apartada, dirigida ao juiz da causa ou ao relator em órgão colegiado
Rol de testemunhas e fundamentação

g) Indeferimento liminar (*manifesta improcedência*) ou Intimação do Excepto
Em 10 (dez) dias
Audiência de Instrução e Julgamento

i) O simples protocolo gera a **suspensão** até o julgamento pela primeira instância

Exceção de Incompetência

Acolhida a **exceção de incompetência**, o processo permanece suspenso, so reiniciando o prazo remanescente para contestar após a intimação do réu acerca do recebimento dos autos pelo juízo declarado competente (STJ. Quarta Turma. Resp 973465/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Dje. 23/10/2012) e Resp 771476/DF

**O PRAZO RECOMEÇA A CORRER, PELO TEMPO
RESTANTE, SE REPELIDA A EXCEÇÃO DE
INCOMPETÊNCIA, A PARTIR DA DATA EM QUE O
RÉU FOR INTIMADO DA DECISÃO**

José Carlos Barbosa Moreira

Exceção de Impedimento

Exceção de Suspeição

**Impedimento
e
Suspeição**

a) Imparcialidade do Juiz (art. 305, CPC)

b) Impedimento

Fatos Objetivamente Auferidos

Passível de Ação Rescisória (não preclui)

Art. 134, CPC (não há prazo!?!)

c) Suspeição

Verificação exige análise menos objetiva

Pode haver preclusão

Art. 135, CPC

**Impedimento
e
Suspeição**

d) Prazo:

15 dias contados da data do conhecimento do fato (suspeição)

O impedimento não se submete ao prazo de 15 dias (art. 485, II, CPC)

As exceções de impedimento e suspeição podem ser opostas tanto pelo réu quanto pelo autor

**Impedimento
e
Suspeição**

e) Suspeição por motivo de foro íntimo
Art. 135, par. Único, CPC
Dispensa justificativa

f) Autuação em apartado

g) Excipiente: parte
Excepto: juiz

**h) Não pode rejeitá-la liminarmente o juiz
apontado como suspeito ou impedido**

**Impedimento
e
Suspeição**

- i) Reconhecer o vício ou**
- j) Encaminhar os autos ao Tribunal com suas razões em 10 (dez) dias**
- l) Acolhida a exceção, os autos são remetidos a outro juiz e o juiz impedido/suspeito condenado nas custas processuais**
- m) Nulidade dos atos decisórios por analogia ao art. 113, CPC**

**Impedimento
e
Suspeição**

n) Procedimento para membros dos Tribunais de Segunda Instância é diverso e regulado individualmente pelos regimentos internos

- Juízes parentes (consaguinidade ou afinidade)
- Linha reta e no segundo grau colateral
- Voto decisivo e nulidade (STJ)

o) O juiz tem interesse recursal para recorrer da decisão que o considerou suspeito ou impedido.

**Impedimento
e
Suspeição**

O magistrado não precisa ser representado por advogado para responder à exceção nem recorrer

p) Pode haver a condenação por litigância de má fé, mas a multa não pode ser revertida em favor do juiz excepto

q) A suspensão do processo perdura até o julgamento da exceção pelo Tribunal
Não precisa haver trânsito em julgado

**O PRAZO RECOMEÇA A CORRER, PELO TEMPO
RESTANTE, SE REPELIDA A EXCEÇÃO DE
IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO, DESDE A DATA EM
QUE, BAIXADOS OS AUTOS, AO ÓRGÃO A *QUO*,
FOR O RÉU INTIMADO DO DESPACHO QUE
ORDENAR O CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO**

José Carlos Barbosa Moreira

**O PRAZO RECOMEÇA A CORRER, PELO TEMPO
RESTANTE, SE ACOLHIDA A EXCEÇÃO DE
IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO, DA DATA EM QUE
O RÉU FOR INTIMADO DO RECEBIMENTO DOS
AUTOS PELO SUBSTITUTO LEGAL DO JUIZ
SUSPEITO OU IMPEDIDO**

José Carlos Barbosa Moreira

Impedimento e Suspeição de outros partícipes processuais

a) Art. 138, CPC

b) Mesmos motivos ensejam a suspeição e o impedimento

c) Serventuário, Ministério Público, Intérprete e Perito (não ao assistente técnico)

d) Juízo “*a quo*”

d) Primeira oportunidade sob pena de preclusão, através de petição “inicial”, com autuação em apartado, *mas sem gerar a suspensão do processo*, ouvido o arguido em 5 (cinco) dias, após os quais julgará ou desginará AIJ

OBSERVAÇÕES

- A defesa não se constitui em uma faculdade
- Também não é uma obrigação
- É um ônus processual

Competência do STF

- Art. 102, I, n, CF/88
- Manifestação expressa dos membros dos Tribunais

Suspensão por Exceção

- Intimação da chegada dos autos ao juízo

Suspensão por Exceção

- STJ: Se houver o indeferimento liminar da exceção de incompetência não há a suspensão

Aditamento da Contestação

- Exceções à Eventualidade

Art. 738, 1º, CPC

- Não observa o ciclo de citações

Cumulação de Pedidos

- Um deles tornar-se incontroverso, aplica-se o art. 273, 6º, CPC

Súmula 256/STF

A exceção, inicialmente dilatória, pode vir a tornar-se peremptória

Aplicam-se os arts. 188 e 191 às exceções processuais

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil. Vol. 1. Ed. RT: São Paulo, 2010.*

AMENDOEIRA Jr., Sidnei. *Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1, Saraiva: São Paulo, 2013.*

DIDIER, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1, 12ª. Ed. JusPodivm: Salvador, 2010.*

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo processo civil brasileiro, 29ª ed. Editora Gen, Rio de Janeiro, 2013.*

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil. 5ª ed. Editora Gen, São Paulo, 2013.*

PINHO, Humberto Dalla Bernardino de. *Direito Processual Civil Contemporâneo. Vol 1, Saraiva: São Paulo, 2013.*

REFERÊNCIAS

THEODORO Jr., Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. 54ª ed., Editora Forense: São Paulo, 2013.*

TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Direito Processual Civil. Editora RT: São Paulo, 2012.*